

## BRETANHA E PORTUGAL NO SÉCULO XV

por

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES \*

Ao findar o século XV, um viajante italiano em Portugal, muito crítico do País e de suas gentes, escrevia que os Portugueses «em geral nada sabem dos estrangeiros [...], falando apenas de Flamengos, Castelhanos e Bretões. Segundo eles —continuava— quem é alto e de cabelos louros é flamengo, quem é moreno é castelhano e quem é mal vestido é bretão»<sup>1</sup>.

Esta caricatura seria também válida para o século XV. Traduzia, em primeiro lugar, as principais regiões com as quais Portugal tinha contactos. E queria também dizer que os bretões que se viam nos portos portugueses eram sobretudo gente de baixa condição, marinheiros, pescadores e pequenos comerciantes.

Com efeito, as relações estabelecidas desde havia muito entre os dois países tinham sido sempre relações primordialmente de comércio. Desde o século XIII que os navios portugueses conheciam bem a rota para a Bretanha e que os mercadores portugueses se tinham acostumado às formas e aos modos de transaccionar dos Bretões. Em finais do século XIV, foi a vez de os Bretões demandarem águas portuguesas, sendo mencionados numa carta régia de 1399<sup>2</sup>.

Embora este tema do comércio seja satisfatoriamente conhecido e haja sido tratado por historiadores franceses e portugueses<sup>3</sup>, não faz mal recordar aqui os seus aspectos mais significativos.

---

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal Quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 218-221.

<sup>2</sup> Carta régia concedida aos mercadores de França, Bretanha e Inglaterra, in *Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História*, ed. de João Martins da Silva Marques, t. I, Lisboa, 1944, n. 200, p. 212.

<sup>3</sup> Henrique da GAMA BARROS, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2ª ed., t. X, Lisboa, Sá da Costa, s.d., pp. 283-291. — Michel MOLLAT,

A Bretanha exportava sobretudo têxteis e cereais, incluindo nestes algumas leguminosas. Os navios bretões transportavam para Portugal tecidos de lã e linho, oriundos principalmente das cidades de Guingamp, Josselin e Fougères<sup>4</sup>. Numa lista de panos estrangeiros conhecidos em Portugal em começos do século XV, indicavam-se uma cinquentena de qualidades e proveniências, das quais quatro — isto é, menos de 10% — relativas à Bretanha<sup>5</sup>. E, embora o ducado não constituísse o principal exportador de têxteis para Portugal, alguns tecidos bretões achavam-se já enraizados no consumo português, usando-se durante séculos o termo *bretanha* como sinónimo de um pano de linho fino, de excelente qualidade, produzido na Bretanha e, por extensão, noutras regiões da Europa<sup>6</sup>.

Os cereais e as favas da Bretanha recebiam bom acolhimento durante as frequentes faltas de pão que Portugal conheceu durante todo o século XV. Nesses períodos de crise, o rei privilegiava os navios e os comerciantes bretões, isentando-os de pagarem dízima, sisa e outros impostos, se trouxessem ao País os géneros em falta. Protegia-os também contra quaisquer ameaças de corso e de captura, mesmo em tempo de guerra<sup>7</sup>.

Nas Cortes de 1439, por exemplo, os procuradores de Lisboa protestaram contra todo e qualquer obstáculo que pudesse impedir ou dificultar a vinda de mercadores bretões. E acrescentavam: «Outrossim, Senhor, uma coisa com bom sentido deveis esguardar,

---

«Quelques aspects du commerce maritime breton à la fin du Moyen Age», *Mémoires de la Société d'histoire et d'archéologie de Bretagne*, t. XXVIII, 1948, pp. 5-22. — Henri TOUCHARD, *Le commerce maritime breton à la fin du Moyen Age*, Paris, 1967. — Fernanda ESPINOSA, *Escritos Históricos*, Porto, Porto Editora, 1972, pp. 289-299. — JOAQUIM VERISSIMO SERRÃO, *Relações Históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975, pp. 53-73. — A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, «Nova História de Portugal», t. IV, Lisboa, Presença, 1987, pp. 53 ss. e 321; etc.

<sup>4</sup> Jean-Pierre, LEGUAY, *Fastes et malheurs de la Bretagne ducale, 1213-1532*, Rennes, Ouest-France, 1982, pp. 235-236.

<sup>5</sup> *Descobrimientos Portugueses*, t. I, n. 362, pp. 459-460; t. III, Lisboa, 1971, n. 332, p. 517. Ver também Ana Maria PEREIRA FERREIRA, *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, *passim*.

<sup>6</sup> J.-P. LEGUAY, *op. cit.*, p. 236. — António de MORAIS SILVA, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 8<sup>o</sup> ed., t. I, Lisboa, 1890, *sub voc.* «bretanha».

<sup>7</sup> A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3<sup>a</sup> ed., Lisboa, Cosmos, 1978, pp. 160-166, 189, 238, 264-275, etc. — J.-P. LEGUAY, *op. cit.*, p. 234.

assim é a paz e amorio que entre os vossos súbditos cumpre de haver com os Bretões, não tão somente por proveito que o reino recebe por sua vinda a esta terra, grande ajuda de mantimentos que nos por ora muito fazem mester, mas ainda por esquivar os grandes danos e perigos que das guerras per muitas maneiras nascem, cá posto que a paz com todas deva ser desejada, muito mais a deve de ser com gentes a que força e necessidade constringe os vossos passar-lhes cada dia perante a porta»<sup>8</sup>.

Com efeito, o trigo da Bretanha foi, em muitos casos, o grande salvador para a população esfomeada de Lisboa e de outras partes de Portugal. Era sobretudo benvindo na Primavera e nos começos do Verão, antes das colheitas, quando os preços atingiam o máximo, devido à escassez.

Importava-se também da Bretanha cobre, porventura oriundo de outras regiões<sup>9</sup>. É preciso não esquecer que os Bretões actuavam frequentemente, ou talvez sobretudo, como transportadores por conta de outrem, o que explica a sua presença em quantidade em águas portuguesas. Como escreveu Jean-Pierre Leguay, «os Bretões são [...] mais transportadores do que mercadores. Alugam os navios por conta de negociantes estrangeiros e é sobretudo a este título que frequentam os portos europeus.»<sup>10</sup>.

A exportação portuguesa revela-se nos menos. Nos finais do século mencionam-se cortiça<sup>11</sup> e açúcar, este proveniente dos canaviais da Madeira<sup>12</sup>. Embora a Bretanha não absorvesse se não menos de 1% de toda a exportação de açúcar da Madeira, ela contava-se entre os únicos quatro pontos de destino em França<sup>13</sup>. Fala-se também, esporadicamente, de fruta<sup>14</sup>, de vinho<sup>15</sup>, de doces exóticos<sup>16</sup>, de

<sup>8</sup> G. GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, t. X, p. 284.

<sup>9</sup> *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, t. III, Lisboa, Câmara Municipal, 1959, n.º 18, p. 194.

<sup>10</sup> J.-P. LEGUAY, *op. cit.*, p. 240.

<sup>11</sup> *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, t. III, n.º 18, p. 194.

<sup>12</sup> *Descobrimientos Portugueses*, t. III, n. 323, p. 489.

<sup>13</sup> Rouen, la Rochelle, Aigues-Mortes e Bretanha.

<sup>14</sup> *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, t. II, Lisboa, 1958, n.º 19, p. 271: documento de 1440.

<sup>15</sup> *Ibid.* — H. GAMA BARROS, *op. cit.*, t X, p. 285.

<sup>16</sup> J.-P. LEGUAY, *op. cit.*, p. 237.

produtos tintureiros<sup>17</sup> e de couros<sup>18</sup>. De todos estes produtos, o vinho seria acaso o mais importante, podendo-se aventar que os Bretões o reexportassem ou transportassem para outras zonas da Europa. Mas não se fica com a ideia de que os produtos portugueses interessassem sobremaneira a Bretanha, variando os carregamentos consoante a conjuntura. Também parece que, muitas vezes, os Bretões preferiam pagar-se em moeda de ouro ou prata, o que aliás era proibido pela legislação portuguesa<sup>19</sup>.

Quanto a portos, os Bretões frequentavam sobretudo Lisboa e os do Algarve. Os Portugueses iam a Brest, a Saint-Malo e ao «porto de Morbihan». Como escreveu Michel Mollat, «um fragmento inédito da contabilidade dos navios entrados no porto de Morbihan de 1475 a 1477 revela o predomínio de portugueses e espanhóis»<sup>20</sup>. Na baía de Bourgneuf e em Brouage encontravam-se muitas vezes navios portugueses e, sobretudo, mercadorias portuguesas aí levadas pelos barcos hanseáticos<sup>21</sup>.

Saint-Malo era também um nome conhecido em Portugal por causa dos seus corsários. Com efeito, a actividade de corso vinha em paralelo com as relações de comércio. Corsários bretões e corsários portugueses rivalizavam nos seus ataques, mormente em períodos de guerra ou de esfriamento dos contactos entre Portugal e a França. Em 1416, por exemplo, um navio português oriundo da Flandres foi tomado por um corsário bretão ao serviço do visconde de Rohan<sup>22</sup>. Em 1437-39, os Portugueses queixavam-se dos apresamentos de barcos, de actos de represália, de roubos e de outros prejuízos efectuados pelos Bretões, nomeadamente os de Saint-Malo<sup>23</sup>. Em 1447, os procuradores de Tavira às Cortes manifestaram o seu descontentamento contra os corsários portugueses que, em vez de atacar os

<sup>17</sup> *Ibid.* Portugal era um grande produtor e exportador de cochonilha (grã) e, mais tarde, de pastel da Madeira. Cf. A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, p. 171.

<sup>18</sup> *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, t. I, Lisboa, 1957, p. 321: documento de 1448.

<sup>19</sup> *Descobrimientos Portugueses*, t. I, n.º 291, pp. 371-372; documento de 1436. — H. GAMA BARROS, *op. cit.*, t. X, p. 286.

<sup>20</sup> M. MOLLAT, «Quelques aspects du commerce maritime breton», p. 15.

<sup>21</sup> A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1959, pp. 200-201.

<sup>22</sup> R. BLANCHARD, *Lettres et mandements de Jean V, duc de Bretagne*, Nantes, Société des Bibliophiles bretons, 1890, t. V, n.ºs 1217 et 1218, pp. 203-205.

<sup>23</sup> *Descobrimientos Portugueses*, suplemento do t. I, n. 878, pp. 508-509.

navios muçulmanos, esperavam junto dos portos os navios bretões e galegos<sup>24</sup>. Em 1470, apesar da trégua que acabava de ser prolongada entre os dois países, um navio bretão de Sant-Malo foi tomado pelo corsário português Pedro de Ataíde<sup>25</sup>. Em 1484, o famoso corsário bretão Yann Coatanlem, antes de entrar ao serviço do rei D. João II, bloqueou o porto de Cascais, atacando diversos navios, sobretudo ingleses<sup>26</sup>. E os exemplos multiplicar-se-iam.

A partir do século XIV, muitos bretões se foram fixando em Portugal, sobretudo em Lisboa. Em 1369 haveria já aí mercadores bretões residentes<sup>27</sup>. Na *Chronique de Bertrand du Guesclin* fala-se do cavaleiro bretão La Barre como estando na corte portuguesa em finais do século XIV<sup>28</sup>. A partir da centúria de Quatrocentos, o número de bretões aumentou. Uma carta de Afonso V, anterior a 1452, concedia diversos privilégios a flamengos, alemães, franceses e bretões que quisessem estabelecer-se em Portugal<sup>29</sup>.

Outros ainda visitavam o País um pouco como «turistas» ou em busca de aventura. As expedições portuguesas ao Norte de África durante os reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel atraíam também muitos estrangeiros. E, nas viagens de descoberta, houve sempre voluntários e mercenários oriundos de toda a Europa. Outro tanto se poderia dizer da colonização das ilhas atlânticas.

Conquanto as relações económicas sejam, em grande parte, independentes das questões políticas, não convém esquecer as importantes relações que se estabeleceram entre os monarcas portugueses e os duques da Bretanha. Ajudam-nos muitas vezes a compreender as mudanças e as variações do comércio.

A Guerra dos Cem Anos e as opções consequentes de Portugal e da Bretanha não favoreceram contactos amigáveis e frequentes entre

<sup>24</sup> *Descobrimientos Portugueses*, t. I, n. 354, p. 451.

<sup>25</sup> Visconde de SANTARÉM, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo*, Paris, 1843, t. III, pp. 103-105.

<sup>26</sup> *Descobrimientos Portugueses*, t. III, n. 185, p. 280 e n. 187, p. 281. — *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, t. III, Lisboa, n.ºs 23, 24, 25, 28 e 29, pp. 199-204. — Robert OMNES, «Yann Koatanlem, amiral du Portugal et son neveu Nicolas», in *La Bretagne, le Portugal, le Brésil, Échanges et Rapports*, Nantes, 1973, pp. 79-89.

<sup>27</sup> R. FRANCISQUE-MICHEL, *Les Portugais en France, les Français en Portugal*, Paris, 1882, p. 169. — Visconde de SANTARÉM, *op. cit.*, t. III, p. 29.

<sup>28</sup> R. FRANCISQUE-MICHEL, *op. cit.*, p. 96. — Visconde de SANTARÉM, *op. cit.*, t. III, p. 29.

<sup>29</sup> *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao t. I, n. 129, pp. 159-160.

os dois Estados. A guerra teve as suas repercussões na Península Ibérica, onde Castela se opunha a Portugal, por um lado, e a Aragão pelo outro<sup>30</sup>. Portugal estava ligado à Inglaterra por sucessivos tratados e o reino de França entrava na categoria dos inimigos ou, pelo menos, dos países que se encaravam com desconfiança. Contudo, a política internacional era sinuosa. A Guerra dos Cem Anos conheceu períodos de paz e mesmo de inversão de alianças. A Bretanha, aliás, como grande feudo quase independente, tinha a sua própria política que não era necessariamente da França. Quando necessário, aliou-se mesmo à Inglaterra<sup>31</sup>.

Fosse como fosse, a verdade é que só no século XV se estabeleceram contactos permanentes entre os dois países. Bretões e portugueses deram-se conta da utilidade mútua de haver relações pacíficas e laços políticos entre si.

Explicam-se assim as múltiplas embaixadas entre a Bretanha e Portugal no século de Quatrocentos. Em 1436 e 1437, D. Duarte enviou à Bretanha duas missões diplomáticas, tentando estabelecer contactos mais firmes<sup>32</sup>. Procurava igualmente obter compensações para os prejuízos causados pela actividade do corso. Mas o duque João V não se mostrou muito interessado, embora tivesse respondido com toda a cordialidade<sup>33</sup>. E os sucessos do corso não favoreciam uma solução favorável. Foi somente durante o governo do duque Francisco I e dos seus sucessores que se começou a encarar Portugal em termos de um aliado aceite e de longa duração.

Em 1452, D. Afonso V outorgou aos Bretões uma carta de aliança e de salvo-conduto por seis anos, que correspondia a um verdadeiro tratado de paz e de aliança<sup>34</sup>. A essa carta seguiu-se uma embaixada portuguesa, efectuada entre 1453 e 1456<sup>35</sup>. Mas, ao findar a trégua, ainda se registaram dois anos conflituosos, de 1457 a 1459<sup>36</sup>.

---

<sup>30</sup> A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, pp. 317-321.

<sup>31</sup> J.-P. LEGUAY et H. MARTIN, *op. cit.*, cap. XII. — Henri WAQUET, *Histoire de la Bretagne*, Paris, P.U.F., 1964, 4ª ed., pp. 54-67.

<sup>32</sup> Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *Relações Históricas entre Portugal e a França*, p. 56.

<sup>33</sup> *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao t. I, n. 98, pp. 125-126 e t. I, n. 291, pp. 371-372.

<sup>34</sup> Visconde de SANTARÉM, *op. cit.*, t. III, pp. 90-93. — J. VERÍSSIMO SERRÃO, *op. cit.*, pp. 146-147.

<sup>35</sup> J. VERÍSSIMO SERRÃO, *op. cit.*, p. 63.

<sup>36</sup> Id., *ibid.*, p. 164.

Todavia, o duque Francisco II apostou na paz. Enviou, por seu turno, uma embaixada a Lisboa<sup>37</sup>. O resultado foi uma segunda trégua, de dez anos<sup>38</sup>. Esta trégua seria renovada em 1469, 1473 e 1476<sup>39</sup>.

Foi-se ainda mais longe nas relações políticas entre os dois Estados. À morte da duquesa Margarida da Bretanha, ocorrida em 1469, Francisco II pensou na hipótese de um casamento português. Em 1470 entabularam-se negociações com a infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, então com 18 anos. Para esse efeito chegou a Lisboa, em Fevereiro de 1470, uma embaixada bretã chefiada por Jean Gourdel. Mas a infanta, cujo desejo era professar, hesitou. E o duque acabou por encarar outra hipótese, escolhendo Margarida de Foix<sup>40</sup>.

Houve ainda outras embaixadas, com objectivos variados: em 1473, 1474, duas vezes em 1476, etc.<sup>41</sup>. Todas elas eram a prova de que Portugal e a Bretanha tinham interesses comuns e se apresentavam como aliados naturais.

Bem mais difícil se torna conhecer as relações culturais entre os dois Estados no século XV.

Mencionem-se primeiro os contactos de natureza tecnológica: tanto bretões como portugueses eram peritos em coisas marítimas. A navegação e a pesca poucos segredos tinham para eles. É portanto verosímil que daí resultassem mútuas influências. Assinalaram-se já as semelhanças entre alguns tipos de barco de pesca portugueses e os *sinagots* da Bretanha<sup>42</sup>, procurando-se mesmo aproximar as caravelas das duas regiões<sup>43</sup>.

Conhecem-se também mercenários bretões ao serviço do rei de Portugal, cujo exemplo mais famoso foi Yann Coatenlem<sup>44</sup>. Marinheiros e até quadros bretões participaram nas descobertas marítimas portuguesas e na colonização das terras novas. Falou-se já na associação entre bretões e portugueses no descobrimento da Terra Nova,

<sup>37</sup> Visconde de SANTARÉM, *op. cit.*, t. III, p. 97. — J. VERISSIMO SERRÃO, *op. cit.*, p. 65.

<sup>38</sup> J. VERISSIMO SERRÃO, *op. cit.*, pp. 147-148.

<sup>39</sup> J. VERISSIMO SERRÃO, *op. cit.*, pp. 148-150, 151-152, 152-154 e 158-163. — Visconde de SANTARÉM, *op. cit.*, t. III, pp. 101-105, 111-112 e 130-132.

<sup>40</sup> Fernanda ESPINOSA, *op. cit.*, pp. 292-299.

<sup>41</sup> J. VERISSIMO SERRÃO, *op. cit.*, pp. 71-73.

<sup>42</sup> Octávio LIXA FILGUEIRAS, «Les bateaux de pêche de Póvoa de Varzim et le *sinagot*», in *La Bretagne, le Portugal, le Brésil*, pp. 63-73.

<sup>43</sup> Gildas BERNIER, «Les caravelles bretonnes», in *La Bretagne, le Portugal, le Brésil*, pp. 91-95.

<sup>44</sup> Robert OMNÈS, «Yann Koatanlem», *op. cit.*

muito antes de Colombo. Há uma *Bretanha* na toponímia da ilha de S. Miguel, nos Açores<sup>45</sup>, e uma análise mais aprofundada poderá eventualmente descobrir casos parecidos nas demais ilhas dos Açores, na Madeira, no arquipélago de Cabo Verde, etc.

Mais interessante ainda é a possível influência artística de pintores bretões ou trabalhando na Bretanha na pintura portuguesa. À data do seu falecimento, Fernanda Espinosa tinha em estudo os frescos da igreja de Kernascléden (departamento de Morbihan). Terminados por volta de 1464, esses frescos, devidos a quatro artistas diferentes, lembram, de «maneira indiscutível», os painéis do políptico de S. Vicente, atribuídos a Nuno Gonçalves e executados porventura em 1471-72. Em ambos os casos, parece haver todo um conjunto de elementos comuns: arcaísmo na composição, traduzindo ainda a preocupação de enchimento dos espaços, devido à dificuldade de criar uma perspectiva; utilização de cores e de formas contrastadas; ausência de todo e qualquer elemento decorativo ou arquitectónico evocativo do Renascimento; contraponto ao realismo excessivo da pintura do Norte europeu pelo emprego de um desenho simultaneamente elegante e sinteticamente expressivo<sup>46</sup>.

Pode-se, evidentemente, admitir um arquétipo comum aos dois pintores ou às duas escolas. Um regionalismo bretão encontraria assim um regionalismo português. Todavia, conhecendo as relações frequentes e de todo o género entre os dois países, é verosímil aceitar também uma influência directa. Sabe-se bem que numerosos artistas oriundos do espaço cultural francês viveram e trabalharam em Portugal, sobretudo em finais do século XV e durante o século XVI.

À guisa de conclusão: as relações entre Portugal e a Bretanha tiveram importância bastante no século XV para merecerem uma investigação mais demorada. Os fundos arquivísticos, sobretudo os da Bretanha, ao lado das fontes provenientes de outras regiões da Europa — Espanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Holanda — permitirão talvez que os nossos conhecimentos se possam aprofundar. Oxalá isso seja possível num futuro próximo.

---

<sup>45</sup> Claude DERVENN menciona isso, embora o seu artigo contenha muitas imprecisões, cf. «Les Bretons aux Açores», in *La Bretagne, le Portugal, le Brésil*, pp. 149-151.

<sup>46</sup> Fernanda ESPINOSA, *op. cit.*, pp. 281-289.